

CORREIO ECONÔMICO



Recuo pífio da taxa mantém modalidade proibitiva

Juros do rotativo têm queda modesta, para 412,5% ao ano

Pelo segundo mês seguido, os juros médios pelos bancos em operações com cartão de crédito rotativo voltaram a cair, de 419,3% a 412,5%, de janeiro a fevereiro, respectivamente, após medida que limitou o saldo devedor do rotativo, adotada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Ainda assim, estes continuam em patamares proibitivos acima dos 400% ao ano.

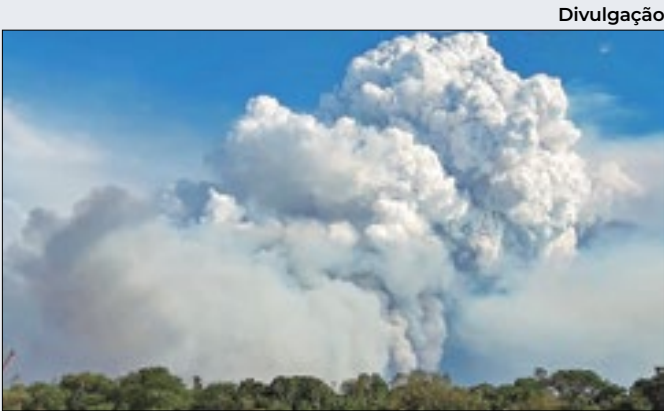
Decisão do CMN

De acordo com a norma restritiva, que vigora desde de 3 de janeiro último, em decisão do CMN, anunciada no final do ano passado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad,dá como exemplo que um debito de R\$ 100 agora não poderá exceder R\$ 200, para efeito de dívida total.

De qualquer sorte, com a redução de 6,8 pontos percentuais, ocorrida em fevereiro, a taxa de juros da modalidade acumula variação de 411,9% ao ano, menor patamar desde dezembro de 2011. 'Socorro financeiro' caríssimo, o rotativo é acionado quando a pessoa não consegue pagar o valor total da fatura na data do vencimento, mas quer se manter adimplente.

Regra temporária

Apesar de favorecer o cidadão, de modo geral, a medida restritiva aos juros do rotativo deverá ser temporária, conforme adiantou o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, ao justificar que “a gente precisa ainda estudar esse assunto”.



Após longo ciclo de estagnação, fundo recebe reforço

Fundo Clima passa a contar com aporte de R\$ 10,4 bilhões

Maior volume de recursos, desde sua criação (2009), o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima) passará a contar com R\$ 10,4 bilhões, mediante contrato assinado, nessa segunda-feira (1º), pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e So-

cial (BNDES). O novo aporte constitui reforço relevante para à carteira de contratos do Fundo Clima, que não passavam de R\$ 2,5 bilhões. “Esses recursos farão diferença no processo de mudança da nossa matriz energética”, comentou a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

Energias limpas

De acordo com a programação do novo contrato, as taxas mais elevadas (em torno de 8% ao ano) serão aplicadas em projetos nas energias solar e eólica, cujo mercado no país já estaria 'bem estabelecido'. Já a taxa para restauro de floresta será de apenas 1% ao ano.

Estoque sobe

Crescimento discreto apresentou a trajetória do estoque total de operações de crédito do sistema financeiro, que cresceu 0,2% em fevereiro (8% em 12 meses), para R\$ 5,796 trilhões, conforme apontam dados divulgados, nessa terça-feira (2) pelo Banco Central (BC).

Emissão de títulos

Na verdade, o montante de R\$ 10,4 bilhões na carteira do fundo tornou-se viável, ainda em 2023, quando o Executivo federal realizou a primeira emissão de títulos públicos sustentáveis no mercado internacional, com retorno superior a US\$ 2 bilhões.

Sucesso total

No primeiro leilão extraordinário, desde o início da gestão petista, o BC vendeu a totalidade dos 20 mil contratos de swap cambial, o que correspondeu a um montante de US\$ 1 bilhão. A operação havia sido anunciada, na véspera, pela autoridade monetária.

Inflação para 2024 estaciona em 3,75%; PIB sobe para 1,89%

Enquanto IPCA fica dentro da meta fiscal, economia segue em alta

Por Marcello Sigwalt

Parada total. Assim pode ser classificado o comportamento do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que se manteve nos mesmos 3,75% da semana passada, de acordo com o boletim Focus – consulta semanal do Banco Central (BC) às 100 maiores instituições financeiras nacionais – o que denota que o indicador inflacionário não está subindo, mas também parou de cair. Estabilidade similar apresentou a previsão para o ano que vem, que continuou nos mesmos 3,51% anteriores, o mesmo valendo para 2026, estacionada em 3,5% e para 2027.

No que se refere aos chamados ‘preços administrados’, estes foram mantidos em 4,15% para 2024, em 3,92% em 2025, e em 3,50% para 2026 e 2027. Já o IGP-M (inflação do aluguel) continuou exibindo viés declinante, passando de 2,38% para 2%, em uma semana; foi de 3,79% a 3,65%, para 2025, ao passo que permaneceu em



Pelo menos em uma semana, indicador de inflação deu uma ‘trégua’ ao consumidor

3,9% para 2026, como há sete semanas, e em 3,8% para 2027, há seis semanas seguidas.

Em contraponto, como há sete semanas, a projeção para o PIB este ano prosseguiu em ascensão, agora elevado de 1,85% para 1,89%. Há quatro semanas, a esti-

mativa era de 1,77%. Esta foi a única alteração, neste quesito, uma vez que as ‘apostas’ do mercado se mantiveram em 2% para 2025 (pela 16ª semana seguida), mesmo percentual para o ano seguinte (há 34 semanas) e para 2027 (há 36 semanas).

No que toca ao custo do dinheiro, a Selic (taxa básica de juros) se manteve firme no mesmo 9% ao ano das últimas 14 semanas; em 8,5% para 2025, como nas últimas 17 semanas, mesmo percentual para o ano seguinte, há 35 semanas e para 2027 há 34.

Sebrae Rio quer reduzir conta de luz

Com a previsão de beneficiar diretamente 800 empresas, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado do Rio de Janeiro (Sebrae Rio) anunciou a abertura de edital em que oferece consultoria gratuita visando reduzir a conta de luz para micro e pequenas empresas fluminenses, cujo faturamento se estenda ao intervalo elástico de R\$ 81 mil e R\$ 4,8 milhões ao ano. As inscrições ao edital podem ser feitas até

30 de novembro deste ano.

“É um edital de eficiência energética, onde o principal impacto é as empresas conseguirem reduzir a conta de luz”, afirmou à Agência Brasil a analista do Sebrae Rio, Michelle Vaz de Mello, ao estimar que a energia elétrica responde por 70% do custo industrial. Ela acentua que, no caso, dos setores de comércio e serviços, tal percentual se reduz, uma vez que o consumo é menor.

Michelle assinala, todavia, que a pauta do Sebrae não se limita à conta de energia, mas também visa reduzir as emissões de carbono na atmosfera. “Não só a empresa precisa fazer o seu dever de casa, mas também há a cobrança da sociedade no sentido da imagem corporativa, atendimento aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), das Nações Unidas, e até mesmo gerar uma oportunidade de competi-

tividade para essas empresas. A partir do momento em que elas conseguem ter menor custo de produção e vão ter maior lucro”, avalia a analista.

“As empresas que têm menor gasto com conta de luz possivelmente não vão passar às outras fases. Mas se o consultor entender a realidade dessa empresa, ele vai dar toda orientação, desde ações simples como sair, apagar a luz”, completa Michelle. (M.S.)

Preços industriais ensaiam recuperação

Sinalizando viés de recuperação, os preços da indústria registraram o primeiro resultado positivo, após três meses no campo negativo, ao avançarem 0,06%, na passagem de janeiro para fevereiro últimos, embora o indicador ainda acumule queda de 5,16% em 12 meses e recuo de 0,18% no ano, segundo a pesquisa de Índice de Preços ao Produtor (IPP), divulgada nessa terça-feira (2) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Ante igual mês de 2023, apurou-se queda de 0,29%.

A tendência positiva de fevereiro deste ano pôde ser percebida, em 14 das 24 atividades investigadas pelo IPP, com destaque para a contribuição, para o índice geral, dos seguintes segmentos: metalurgia (0,12 ponto percentual), indústrias extrativas (0,09 p.p.) e refino de petróleo e biocombustíveis (0,08 p.p.).



Retomada do IPP sucede a três quedas seguidas

Do ponto de vista negativo, porém, a maior influência veio do setor de alimentos (-1,42%), que exibiu baixa de -0,35 p.p., em decorrência da queda nos preços de produtos derivados da soja, do arroz e carnes de bovinos frescas.

Na avaliação do gerente

de análise e metodologia do IBGE, Alexandre Brandão, “houve a entrada da safra da soja e do arroz e um aumento do efetivo do gado para abate. Isso torna os preços mais baratos para a indústria”, ao fazer a ressalva que, “se não fosse pelo resultado negativo do setor de

alimentos, que pesa cerca de 25% da indústria, o índice teria crescido mais em fevereiro”.

Terceiro resultado positivo consecutivo, os preços do setor de metalurgia cresceram 2,03% ante janeiro, maior taxa para a atividade, desde maio de 2022 (2,05%), sob influência de aumentos verificados em produtos do grupo de metais não ferrosos, que refletem as variações de câmbio e dos preços dos insumos.

“Houve aumento dos preços do minério de ferro, depois de ter registrado queda em um ambiente internacional muito hostil”, observa Brandão, ao apontar a depreciação do real diante do dólar em fevereiro como um dos fatores que explicam a alta.

Já as indústrias extrativas subiram 1,79%, marcando o terceiro avanço seguido, o que corresponde a uma alta acumulada de 6,52% no ano. (M.S.)

Aneel é incapaz de fiscalizar, diz diretor

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) não tem condições de fiscalizar todo o setor elétrico. A afirmação tão inusitada quanto ‘patética’ partiu do próprio diretor da autarquia, Ricardo Tilli, durante reunião da diretoria, nesta terça-feira (2).

“A Aneel tem um quadro de pessoal pensado há 25 anos, de 26 anos atrás, que foi estruturado para atender um setor elétrico que era muito menor do que hoje. Nós temos um quadro de servido-

res com déficit enorme”, justificou Tilli, em meio à discussão que redundou na abertura de consulta pública a respeito da descentralização dos serviços de fiscalização. A ideia aqui é redefinir competências da Aneel aos Estados e ao Distrito Federal, no que toca a atividades em regime de gestão associada de serviços públicos.

Elogio à agência de SP

“Vejo coisas importantes que a gente tem feito, mui-

to divulgado agora com o problema de distribuição no Estado de São Paulo [em referência à (má) qualidade dos serviços prestados pela concessionária Enel], em que a agência [Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arspesp)] tem sido a parceira que tem efetuado a fiscalização ‘in loco’. Sem ela nós estaríamos numa situação pior do que nós encontramos hoje”.

Entre as questões em pauta, a reunião também serviu para que a diretoria discutisse a elevação do orçamento da Aneel, em consulta pública.

Os argumentos do diretor ressoam as declarações do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira que, na véspera, defendeu com veemência a caducidade (ou cassação) da concessão da Enel em SP. (M.S.)